

Discurso do presidente da CBIC e relator do GT Ambiente de Negócios do Conselho de Desenvolvimento, Econômico e Social (CDES) da Presidência da República, José Carlos Martins, na plenária do Conselhão no dia 7 de março, em Brasília

Cumprimento o Excelentíssimo Senhor presidente da República, Michel Temer; senhores ministros, senadores, deputados, caros Conselheiros, a equipe do CDES, demais autoridades aqui presentes, profissionais da imprensa, senhoras e senhores:

Tenho a honra de trazer a todos a mensagem do **Grupo de Trabalho que discutiu Ambiente de Negócios**.

Trazemos propostas concretas para:

- Simplificação tributária sem aumento da carga;
- Para reverter a atual insegurança jurídica e
- Aprimorar o licenciamento ambiental.

Um estudo sobre AMBIENTE DE NEGÓCIOS, realizado pela CNI, coloca o Brasil na décima-sexta posição dentre dezoito países. **Situação vexatória**.

Algo incompatível com a grandeza de nosso país e de suas potencialidades.

Não podemos ser reféns deste emaranhado de entraves criados ao longo do tempo.

As jabuticabas não deixam o Brasil crescer.

Este é um momento de cautela e, ao mesmo tempo, que permite sonhar.

Em nossas discussões ficou evidente que não podemos nos limitar a temas menores.

Nosso maior inimigo é o “não dá”.

Há poucos meses não dava para fazer uma PEC criando um teto do gasto público, da reforma da previdência, da reforma trabalhista. Seu governo demonstrou que, com sensibilidade e competência, é possível conciliar interesses mantendo a essência da proposta.

O que parecia impossível tem-se tornado realidade.

A partir das discussões, o Grupo traz 3 propostas para sua análise e reflexão:

- 1. SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA: Sem aumentar a carga tributária, criar imediatamente o IVA federal, a partir da junção de todos os tributos e contribuições federais sobre produção e consumo, sem se limitar ao PIS / COFINS; e, até o final de 2018, unificar tributos sobre o consumo (IVA FEDERAL + ICMS + ISS)***

A carga tributária no Brasil é enorme e confusa. Demanda energia desnecessária para ser cumprida e gera insegurança jurídica. Precisa ser simplificada, mas isso tem que ser feito em conjunto. A experiência demonstra que não temos tido sucesso quando feita item a item. Entendemos que deva ter mais opções para equilibrar interesses.

PRECISAMOS DE UMA REFORMA TRIBUTARIA ESTRUTURANTE

2. A SEGUNDA PROPOSTA É SOBRE SEGURANÇA JURÍDICA: Realizar um programa com metas e prazos definidos, e ouvida a sociedade civil, voltado para reduzir a insegurança jurídica no país. O programa deve ter como objetivo, entre outros, garantir a não retroatividade de normas e atos do poder público, inclusive interpretativos, sobre os contratos firmados, em matéria tributária e regulatória. O programa deve incluir medidas legislativas, iniciativas junto ao legislativo, ao judiciário; e a revisão sistêmica de atos do poder executivo – com destaque para normas e procedimentos administrativos.

Presidente, temos que acabar com a célebre frase “**no Brasil até o passado é incerto**”. Houve uma brincadeira, no dia da reunião, que o ideal seria uma emenda constitucional dizendo simplesmente:

- Artigo primeiro: as leis valem
- Artigo segundo: os contratos valem
- Artigo terceiro: revogam-se disposições em contrário.

Propomos criar mecanismos que garantam um ambiente de segurança jurídica na atividade econômica. Não é possível que normas e entendimentos sejam mudados aleatoriamente, criando passivos desconhecidos. Isto vale para legislação ambiental, tributaria e outras.

O custo desta insegurança é enorme, reduz investimentos, inibe a geração de empregos, é inimiga da inovação, da competitividade.

3. NOSSA TERCEIRA PROPOSTA É SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL: Criar um sistema nacional informatizado de licenciamento unificado, estabelecer mecanismos de coordenação dos diferentes órgãos de licenciamento e agrupar os processos por áreas de competências mais amplas (guichê único), com definição antecipada de critérios objetivos e aprovação por decurso de prazo.

Senhor Presidente:

A experiência demonstra que a centralização dos vários licenciadores em um único local agiliza o processo.

Propomos um Guichê Único onde possa ser unificado o encaminhamento e os entendimentos dos vários órgãos envolvidos, além de resolver o problema da sobreposição de atribuições.

Aprovação do licenciamento: tem que ter a responsabilidade pelo prazo: recomendamos “aprovação por decurso de prazo”.

Sabemos que muitos entendem isto como um absurdo, mas se assim for, também é absurdo não ter responsabilidade alguma com prazos.

Hoje a legislação ambiental é um conjunto de leis federais, estaduais e municipais; resoluções dos três níveis de governo, entendimentos, jurisprudência. É quase impossível uma decisão não poder ser questionada devido a todo este emaranhado.

O agente público fica pressionado e, na prática, prefere não assumir o risco de uma decisão: resultado as coisas não andam. O cidadão não recebe o serviço público que espera e a que tem direito.

O Estado precisa dar apoio ao agente que estiver tomando decisão de boa fé no exercício de sua função.

Concluindo,

Um conceito que permeou as discussões foi:

“As reformas não acontecem pois elas sempre trazem ganhos para alguns e perdas a outros”.

É difícil fazer reformas.

E estamos convencidos de que fazendo uma mudança mais ampla, poderemos equilibrar os vários interesses, compensando perda eventual em um ponto com ganhos em outros.

O fator tempo é o grande aliado das mudanças mais profundas. Ele ajusta as diferenças, harmoniza interesses.

Mas fazer as reformas em tempo também é nosso desafio.

Recordo-me de uma afirmação sua: **“para criar um país mais justo e consolidar nossa jovem democracia é preciso ter um PAIS MAIS EFICIENTE”.**

Estamos trazendo propostas que vão nesta direção.

Elas são coerentes com seu governo, que tem atuado em temas estruturais, com visão de país, de Estado; não apenas de governo.

A missão do CDES é justamente esta: trazer-lhe a opinião da sociedade sobre o que precisa ser feito e oferecer-lhe o apoio necessário para que aconteça.

Conte com nosso apoio e, temos certeza da maioria da sociedade brasileira.

Muito obrigado!

